

BOLETIM INFORMATIVO

□ cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br

CAO PESSOA COM DEFICIÊNCIA



SUMÁRIO

01 ATUAÇÃO MPMT
02 MINISTÉRIO PÚBLICO
03 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
04 CONSELHOS NACIONAIS

05 NOVIDADES LEGISLATIVAS



EQUIPE

Dra. Daniele Crema da Rocha de Souza Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO Pessoa com Deficiência

Dra. Sasenazy Soares Rocha Daufenbach Promotora de Justiça e Coordenadora-Adjunta do CAO Pessoa com Deficiência

Gabrielly Maria Aleknovic da Cunha Auxiliar Ministerial

Kamila Valeria Reis Marques Residente Jurídico

<u>01 ATUAÇÃO MPMT</u>



Diálogos com a Sociedade

"Autismo: saúde e educação. Barreiras sociais ao exercício de direitos"



Clique aqui para assistir à entrevista!



02 MINISTÉRIO PÚBLICO

MPCE

- Após atuação do MP, Prefeitura de Tianguá institui selo de acessibilidade para estimular estabelecimentos a se adequarem à Lei Brasileira de Inclusão
- MP leva a Quixadá e Russas debate sobre direitos das pessoas com deficiência e fortalecimento de conselhos municipais
- MP do Ceará cobra implantação urgente de Residências Inclusivas em Fortaleza
- Justiça acata pedido do MP e multa Prefeitura de Fortaleza por não oferecer profissionais de apoio escolar a alunos com deficiência
- MP do Ceará cobra na Justiça aplicação de multa a prefeito de Baturité por descumprir sentença e não garantir atendimento a pessoas com TEA

MPPR

 MPPR obtém decisão favorável em ação ajuizada contra restrições ao ingresso de pessoas com deficiência em vestibular da Universidade Estadual de Londrina

MPGO

- A pedido do MPGO, Justiça concede liminar e determina que Município de Goiânia crie vagas emergenciais em residências inclusivas para pessoas com deficiência
- MPGO recomenda aos municípios de Trindade e Campestre de Goiás implementação de políticas públicas a favor das pessoas com deficiência

MPRN

- MPRN cobra elaboração de Plano Municipal para Pessoas com Deficiência de São Rafael, Assu e Carnaubais
- MPRN lança Guia atualizado sobre direitos da PcD e cartilha contra o capacitismo
- MPRN realiza inspeções em clínicas de atendimento a pessoas com Transtorno do Espectro Autista

MPMA

- MPMA lança campanha de conscientização para inclusão de pessoas com deficiência em escola
- MPMA realiza palestra sobre defesa das mulheres com deficiência





MPPI

- Promotor de Justiça participa da inauguração do 1º Centro de Inclusão para Crianças e Adolescentes Atípicos do Sul do Piauí
- MPPI ajuíza Ação Civil Pública para garantir isenção de IPVA a todas as pessoas com deficiência no Piauí
- MPPI ajuíza Ação Civil Pública para garantir educação a crianças e adolescentes com deficiência auditiva na rede municipal de Teresina

MPAM

- Em Santa Isabel do Rio Negro, MP acompanha medidas para implementação de Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência
- MPAM reúne instituições para discutir implementação de política de acessibilidade comunicacional para pessoas surdas no AM
- MP cobra providências por superlotação de turmas e ausência de acompanhantes terapêuticos para alunos com autismo em escola de Manaus

MPRJ

- MPRJ investiga redução de carga horária para alunos com deficiência em Niterói
- MPRJ apura dificuldades de acesso de pessoas com transtorno do espectro autista a equipamentos públicos de Macaé
- MPRJ articula acordo para garantir cobertura de tratamento a pessoas com TEA pela Unimed-Ferj





<u>03 TRIBUNAL DE JUSTIÇA</u>

TJMG

- DPMG promove congresso sobre direito de pessoas com deficiência
- TJMG participa, na DPMG, de assinatura de acordo que beneficia pessoas com autismo

TJAM

 Juizado determina que Estado e Município de Manaus disponibilizem atendimento a alunos com TEA

TJDFT

• Justiça condena empresa de ônibus por publicidade enganosa sobre acessibilidade

TJGO

• TJGO transforma o Com Viver em política permanente de inclusão; programa promove a inclusão social e profissional de pessoas com deficiência intelectual e múltipla

TJTO

• SEI/TJTO passa por atualização com foco na acessibilidade e inclusão

TJSP

• Lei municipal que regulamenta equitação como terapia a crianças com TEA é parcialmente constitucional, decide OE





04 CONSELHOS NACIONAIS

CNJ

ACORDO VISA MAPEAR BARREIRAS ENFRENTADAS POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO JUDICIÁRIO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF) formalizaram acordo de cooperação técnica com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) para a implementação da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência no âmbito do Poder Judiciário.

Essa avaliação reconhece a deficiência como uma interação complexa entre condições de saúde, fatores psicológicos e contextos sociais e ambientais. A partir dos dados coletados, é possível planejar e monitorar políticas públicas com base em uma compreensão mais abrangente das necessidades de apoio das pessoas com deficiência.

INSTITUIÇÕES RECEBEM RECONHECIMENTO POR PROMOVER DIVERSIDADE E INCLUSÃO NO JUDICIÁRIO

Vinte e quatro entidades, instituições, escritórios e empresas receberam, o Selo de Reconhecimento Público por Contribuição à Diversidade e Inclusão no Poder Judiciário, durante a 5ª Sessão Extraordinária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Esse grupo — composto por bancos, imobiliárias, empresas dos setores de alimentos, comunicação, saúde, escritórios de advocacia, associações da sociedade civil, além de escolas, cursos e associações de magistrados — foi responsável por financiar bolsas de manutenção para candidatas e candidatos que fazem parte do Programa CNJ de Ação Afirmativa para Ingresso na Magistratura, criado em 2024 pelo Conselho, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O programa busca viabilizar a preparação de pessoas negras e indígenas, com ou sem deficiência, para concursos da magistratura, por meio de bolsas de manutenção, no valor de 3 mil reais mensais, e bolsas de estudo em cursos preparatórios. Até junho de 2025, foram concedidas 538 bolsas a 444 pessoas beneficiárias.





05 NOVIDADES LEGISLATIVAS

- ALMT Comissão aprova projeto que garante gratuidade no transporte a autistas
- ALMT Dr. João propõe lei que garante adaptação alimentar e sonora para crianças com deficiência nas escolas
- Comissão aprova prioridade para pessoas com deficiência obterem tratamento dentário no SUS
- > Comissão aprova Política Nacional de Enfrentamento ao Capacitismo
- Comissão aprova oferta maior de moradias para pessoas com deficiência, conforme a demanda
- Câmara aprova aumento de pena para maus-tratos contra pessoa com deficiência
- Comissão aprova reserva de vagas de aprendiz para pessoa com deficiência na administração pública
- Comissão aprova vaga preferencial de estacionamento para pessoas com autismo
- Comissão aprova projeto que caracteriza doença falciforme e talassemia como deficiências
- Comissão aprova projeto que proíbe discriminação por qualquer motivo contra pessoas do espectro autista
- Comissão aprova troca de sirene escolar por música suave para proteger alunos com autismo
- Comissão aprova projeto que assegura atendimento a pessoas com deficiências ocultas
- Comissão aprova prioridade em serviços públicos para mães e cuidadores de pessoa com deficiência ou autismo
- Comissão aprova dedução do IR de gastos com cuidador de pessoa com deficiência
- Comissão aprova protocolo para pessoa com deficiência em casos de emergência e desastre ambiental





